



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **14 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 8 de fevereiro de 2011

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> GEITHNER QUER APOIO DO BRASIL CONTRA CHINA ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	1
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> O BRASIL E AS TENSÕES ENTRE A CHINA E OS ESTADOS UNIDOS ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	2
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> GOVERNO QUER FREAR CONSUMO NO EXTERIOR..... VEICULAÇÃO NACIONAL	3
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Dilma estuda cobrar IOF de 4% sobre gasto no exterior ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
<b>VALOR ECONÔMICO</b> CONCLUSÃO DA RODADA DOHA É TEMA DE CONVERSAS COM DILMA E MANTEGA ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	7
<b>O GLOBO</b> BALANÇA COMERCIAL COMEÇA FEVEREIRO COM SUPERÁVIT DE US\$ 432 MILHÕES ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	8
<b>O GLOBO</b> SECRETÁRIO AMERICANO PEDE AO BRASIL APOIO CONTRA POLÍTICA CAMBIAL DA CHINA ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	9
<b>O GLOBO</b> Secretário americano pede mais críticas à política cambial da China ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	10
<b>O GLOBO</b> Governo define 10 projetos essenciais de infraestrutura..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
<b>PORTAL DA AMAZÔNIA</b> TCU condena ex-prefeito de Parintins (AM) ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	12
<b>PORTAL DA AMAZÔNIA</b> PF investiga fraude tributária contra Zona Franca de Manaus..... VEICULAÇÃO NACIONAL	13
<b>VALOR</b> Gasto público vai ajudar menos o PIB ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	14
<b>VALOR</b> Hyundai amplia presença no Nordeste ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	16
<b>ÉPOCA-DF</b> DUAS FRENTES DE COMBATE PARA O GOVERNO DILMA..... VEICULAÇÃO NACIONAL	17

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>GEITHNER QUER APOIO DO <u>Brasil</u> CONTRA CHINA</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Secretário do Tesouro americano diz para Mantega, em Brasília, que o yuan desvalorizado é pior para o Brasil do que para os EUA**

**Raquel Landim - O Estado de S.Paulo**

Os Estados Unidos querem o apoio do Brasil contra a China na próxima reunião do G-20. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Timothy Geithner, tentou convencer ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que o "yuan desvalorizado é um problema maior para o Brasil do que para os Estados Unidos".

O argumento de Geithner é que o yuan artificialmente atrelado ao dólar exarceba os fluxos de capital que já chegam com abundância ao Brasil por causa dos juros altos e do bom desempenho da economia do País.

Esse movimento provoca uma forte valorização do real, que prejudica a indústria brasileira. Uma mudança na política cambial chinesa aliviaria esse problema.

Uma fonte presente à reunião entre as duas autoridades contou ao Estado que Mantega disse apenas que "o Brasil é contra manipulação de moedas de forma geral", mas não se comprometeu em apoiar os EUA.

Nos próximos dias 18 e 19, ocorre encontro de ministros da Fazenda do G-20 em Paris.

O governo brasileiro está bastante preocupado com a "invasão de produtos chineses" e já se comprometeu com a indústria a tomar medidas de defesa comercial. Mantega cogita questionar a China na Organização Mundial de Comércio (OMC), argumentando que a manipulação cambial distorce o comércio.

O problema do Brasil em apoiar os Estados Unidos, no entanto, é que Mantega também considera os americanos

responsáveis pela "guerra cambial". Para reaquecer sua economia, o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) emitiu uma grande quantidade de recursos, que acabaram canalizados para os mercados emergentes.

Geithner tentou tranquilizar o ministro e argumentou que dificilmente os EUA vão precisar de uma nova flexibilização da política monetária dessa magnitude. Os EUA estão crescendo a 18 meses seguidos, em um ritmo melhor que Europa e Japão.

Obama. Oficialmente, Geithner veio ao País preparar a visita do presidente Barack Obama em março. Além de Mantega, ele se reuniu ontem com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e foi recebido pela presidente Dilma Rousseff. Pela manhã, tomou café com empresários em São Paulo e conversou com estudantes na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Aos estudantes, Geithner responsabilizou três fatores pela valorização excessiva do real: a confiança dos investidores no bom desempenho da economia local, as taxas de juros muito altas do Brasil e as políticas de países emergentes de fora da região, que mantêm suas moedas artificialmente enfraquecidas.

"Um número significativo de economias emergentes pratica uma política designada para manter sua moeda desvalorizada, o que exacerba fatores básicos no Brasil", disse Geithner. Ele afirmou ainda que a taxa de juros do País ainda é "muito, muito alta", o que atrai capitais.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>O <u>Brasil</u> E AS TENSÕES ENTRE A CHINA E OS ESTADOS UNIDOS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Antonio Carlos Manfredini - O Estado de S.Paulo

O secretário Timothy Geithner, em visita à FGV/EAESP, enfatizou o papel construtivo que Brasil tem apresentado na reação à superação do desajuste econômico global. O G-20 foi apresentado como um fórum legítimo e funcional. Que papel cabe ao Brasil no ajuste, em particular na tensão entre EUA e China?

É normalmente mal compreendido que os chineses estão fazendo um ajuste do câmbio real mesmo sem alterar significativamente as taxas nominais. Com uma inflação doméstica mais alta que a dos EUA, um câmbio nominal fixo causa uma perda de competitividade da produção chinesa que equivale a uma desvalorização do reiminbi face ao dólar. Números chineses preveem um superávit de US\$ 100 bilhões este ano, menor que o de 2010. Isso parece indicar que a China está fazendo esforços para tornar seu crescimento mais voltado para o mercado doméstico. Bom para os EUA? Sem dúvida. Bom para a China?

**Também.**

Bom para o Brasil? As exportações brasileiras para a China estão muito ligadas aos investimentos em infraestrutura (commodities não alimentícias) e consumo (commodities alimentícias). Dito de outra forma, a exportações brasileiras dependem fortemente da urbanização e do aumento da renda per capita na China. O Brasil não é fornecedor de insumos diretos para a cadeia logística de exportação chinesa, como o são os países do Sudeste Asiático. Um ajuste chinês que favoreça o mercado doméstico nos é conveniente.

A ascensão chinesa mostrará a inadequação de Bretton Woods. Um nova arquitetura virá e o dólar terá um papel muito diferente. Se isso virá a favorecer o Brasil é uma questão em aberto. Dependerá como os chineses enxergarão seus interesses. Mas esse é um ponto para um futuro não muito próximo.

PROFESSOR DA FGV/ EAESP

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>GOVERNO QUER FREAR CONSUMO NO EXTERIOR</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Aumento do IOF sobre compras internacionais com cartão de crédito está em análise no Palácio do Planalto**

**No ano passado, os brasileiros gastaram no exterior US\$ 10 bilhões com cartão, aumento de 54% em relação a 2009**

**VALDO CRUZ**

**SHEILA D'AMORIM**

**DE BRASÍLIA**

As compras no exterior com cartão de crédito podem ficar mais caras. O governo estuda elevar para mais de 4% a alíquota de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) cobrada sobre o total da fatura de cartão de crédito internacional, hoje de 0,38%.

A medida faz parte das ações para tentar reduzir o consumo de brasileiros no exterior e, com isso, evitar endividamento excessivo das famílias, que pode significar aumento da inadimplência mais à frente. Além disso, empresários dizem que a demanda por importados já afeta produtos locais.

A combinação de ganho de renda dos trabalhadores -impulsionada pelo maior crescimento econômico- com dólar barato favorece não apenas as viagens para fora do país dos turistas brasileiros como também as compras de importados por meio da internet.

O decreto que eleva a alíquota de IOF sobre cartões de crédito internacional está em análise no Planalto e começou a ser estudado pela equipe de Dilma Rousseff após a divulgação do valor das compras de brasileiros com cartão em 2010.

Essas transações bateram recorde no ano passado. Elas atingiram US\$ 10 bilhões, aumento de 54% em relação ao volume registrado em 2009. Apenas no último trimestre de 2010, esses gastos dos brasileiros em dólar ultrapassaram US\$ 1 bilhão por mês.

O salto na média mensal -no mesmo período de 2009, o patamar era de US\$ 600 milhões- chamou a atenção da área econômica. A preocupação do governo é que isso se torne uma bola de neve, já que a inadimplência no cartão de crédito em dólar pode fazer com que a conta se torne impagável logo após o primeiro atraso.

Nas palavras de um assessor, as compras de brasileiros no exterior viraram uma verdadeira "farra" nos últimos meses, favorecidas pela valorização do real e, por isso, requerem medidas classificadas como prudenciais pela área técnica do governo.

Caso o decreto seja aprovado e assinado por Dilma, a expectativa é que os brasileiros reduzam suas compras com cartão de crédito lá fora.

A medida valeria apenas para as compras feitas a partir da data de publicação do decreto presidencial. Num exemplo hipotético, com alíquota de 4%, uma compra no exterior equivalente a R\$ 2.000 teria um custo de IOF de R\$ 80. Hoje, esse custo é de apenas R\$ 7,6.

## **ARRECADAÇÃO**

No ano passado, o Governo Federal arrecadou R\$ 27,2 bilhões com o IOF incidente em todas as modalidades de crédito, incluindo as compras com cartão no exterior. A receita com esse imposto representou 3,3% do total arrecadado em 2010 pela União.

A presidente, segundo assessores, estabeleceu como uma de suas prioridades adotar medidas na área cambial para reduzir as perdas das empresas brasileiras com a concorrência dos produtos estrangeiros.

O dólar barato, hoje cotado na casa de R\$ 1,67, reduz o preço dos produtos importados no mercado

brasileiro, atingindo principalmente setores manufaturados.

Para evitar uma maior valorização do real, o governo já havia feito mudanças nas alíquotas do IOF por três vezes nos últimos dois anos.

Em 2009, taxou as aplicações estrangeiras em ações e renda fixa em 2%. No fim de 2010, elevou essa taxa só para aplicações em renda fixa para 4% e, depois, para 6%.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Dilma estuda cobrar IOF de 4% sobre gasto no exterior</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Índice equivale a multiplicar por mais de 10 o atual imposto para transações com cartão de crédito

O governo estuda elevar o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) das compras no exterior com cartão de crédito de 0,38% para mais de 4%, relatam Valdo Cruz e Sheila D'Amorim.

Se a alíquota for aprovada, o IOF sobre uma despesa internacional de R\$ 2.000 em cartão passará dos atuais R\$ 7,60 para R\$ 80.

O objetivo é frear o consumo no exterior. Em 2010, essas transações cresceram 54%, somando US\$ 10 bilhões. A combinação de crescimento da renda com dólar barato favorece as viagens para fora e as compras de importados pela internet.

A medida visa evitar o endividamento excessivo, que pode elevar a inadimplência no futuro. Empresários também se queixam de que os importados prejudicam os produtos locais.

#### Governo quer frear consumo no exterior

Aumento do IOF sobre compras internacionais com cartão de crédito está em análise no Palácio do Planalto

No ano passado, os brasileiros gastaram no exterior US\$ 10 bilhões com cartão, aumento de 54% em relação a 2009

VALDO CRUZ

SHEILA D'AMORIM

DE BRASÍLIA

As compras no exterior com cartão de crédito podem ficar mais caras. O governo estuda elevar para mais de 4% a alíquota de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) cobrada sobre o total da fatura de cartão de crédito internacional, hoje de 0,38%.

A medida faz parte das ações para tentar reduzir o consumo de brasileiros no exterior e, com isso, evitar endividamento excessivo das famílias, que pode significar aumento da inadimplência mais à frente. Além disso,

empresários dizem que a demanda por importados já afeta produtos locais.

A combinação de ganho de renda dos trabalhadores - impulsionada pelo maior crescimento econômico- com dólar barato favorece não apenas as viagens para fora do país dos turistas brasileiros como também as compras de importados por meio da internet.

O decreto que eleva a alíquota de IOF sobre cartões de crédito internacional está em análise no Planalto e começou a ser estudado pela equipe de Dilma Rousseff após a divulgação do valor das compras de brasileiros com cartão em 2010.

Essas transações bateram recorde no ano passado. Elas atingiram US\$ 10 bilhões, aumento de 54% em relação ao volume registrado em 2009. Apenas no último trimestre de 2010, esses gastos dos brasileiros em dólar ultrapassaram US\$ 1 bilhão por mês.

O salto na média mensal -no mesmo período de 2009, o patamar era de US\$ 600 milhões- chamou a atenção da área econômica. A preocupação do governo é que isso se torne uma bola de neve, já que a inadimplência no cartão de crédito em dólar pode fazer com que a conta se torne impagável logo após o primeiro atraso.

Nas palavras de um assessor, as compras de brasileiros no exterior viraram uma verdadeira "farra" nos últimos meses, favorecidas pela valorização do real e, por isso, requerem medidas classificadas como prudenciais pela área técnica do governo.

Caso o decreto seja aprovado e assinado por Dilma, a expectativa é que os brasileiros reduzam suas compras com cartão de crédito lá fora.

A medida valerá apenas para as compras feitas a partir da data de publicação do decreto presidencial. Num exemplo hipotético, com alíquota de 4%, uma compra no exterior equivalente a R\$ 2.000 teria um custo de IOF de R\$ 80. Hoje, esse custo é de apenas R\$ 7,6.

### ARRECADAÇÃO

No ano passado, o **Governo Federal** arrecadou R\$ 27,2 bilhões com o IOF incidente em todas as modalidades de

crédito, incluindo as compras com cartão no exterior. A receita com esse imposto representou 3,3% do total arrecadado em 2010 pela União.

A presidente, segundo assessores, estabeleceu como uma de suas prioridades adotar medidas na área cambial para reduzir as perdas das empresas brasileiras com a concorrência dos produtos estrangeiros.

O dólar barato, hoje cotado na casa de R\$ 1,67, reduz o preço dos produtos importados no mercado brasileiro, atingindo principalmente setores manufaturados.

Para evitar uma maior valorização do real, o governo já havia feito mudanças nas alíquotas do IOF por três vezes nos últimos dois anos.

Em 2009, taxou as aplicações estrangeiras em ações e renda fixa em 2%. No fim de 2010, elevou essa taxa só para aplicações em renda fixa para 4% e, depois, para 6%.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>CONCLUSÃO DA RODADA DOHA É TEMA DE CONVERSAS COM DILMA E MANTEGA</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Sergio Leo | De Brasília

Discordância sobre o que fazer com a moeda desvalorizada da China e sintonia na oposição à proposta francesa de aumentar o controle do **mercado** de commodities marcaram os encontros do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Timothy Geithner, com autoridades brasileiras ontem, em Brasília. Geithner ouviu do ministro da Fazenda, Guido Mantega, que o **Brasil** é contra a manipulação de taxas de câmbio, mas insinuou que a questão não pode ser vista apenas pelo lado da China, já que a política monetária dos Estados Unidos também provoca turbulências na economia mundial.

Geithner disse nos encontros em Brasília que os EUA não avançarão na política de "afrouxamento quantitativo", pela qual o Federal Reserve, o Banco Central americano, comprou US\$ 600 bilhões em títulos do Tesouro, derramando **dólares** na economia mundial. Os sinais de recuperação econômica tornam dispensável novas medidas do gênero, assegurou. Ele não chegou a pedir diretamente do **Brasil** apoio no G-20, o grupo das economias mais influentes no mundo, para pressionar a China a valorizar a própria moeda.

Geithner conversou por quase uma hora e meia com Mantega, teve reuniões com a diretoria do Banco Central e foi recebido pela presidente Dilma Rousseff, com quem falou por 40 minutos. Nos encontros, insistiu em um tema que nem sequer é de sua alçada, a necessidade de conclusão da Rodada Doha. Dilma e Mantega aproveitaram para dizer que o **Brasil** precisa elevar as **exportações** aos EUA.

O governo quer aumentar a parcela de **mercadorias** manufaturadas na pauta de **exportações** aos EUA e demais parceiros, insistiu Dilma, segundo o porta-voz, Rodrigo Baena Soares. Tanto os brasileiros quando Geithner concordaram que há mais declarações do governo francês sobre a necessidade de controlar os preços das commodities mundiais, por meio do G-20, que propostas concretas sobre a mesa. Dilma reiterou que não se pode enfrentar os desequilíbrios no **mercado** de alimentos com mecanismos artificiais de controle de estoques. Mas, se a França, que preside o G-20, sugerir medidas restritas ao **mercado** financeiro para coibir especulações, poderá até receber apoio, avaliaram Mantega e Geithner.

O secretário do Tesouro, ao sair do encontro com Dilma, disse estar "muito confiante" na possibilidade de trabalhar com o **Brasil** por "um sistema econômico global estável, forte e mais equilibrado e multilateral".

Disse que o presidente dos EUA, Barack Obama, tem "grande expectativa" em relação ao seu encontro próximo com Dilma. "Temos certeza que podemos trabalhar juntos", afirmou. Um dos temas em que poderá haver maior cooperação bilateral é o da "energia limpa", informou. A viagem faz parte dos preparativos para a visita de Obama ao Brasil, em março. (Colaboraram Paulo Tarso Lyra e Azelma Rodrigues)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>BALANÇA COMERCIAL COMEÇA FEVEREIRO COM SUPERÁVIT DE US\$ 432 MILHÕES</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Saldo cresceu 30% contra fevereiro de 2010 e 21% ante a média de janeiro**

**Eliane Oliveira**

. BRASÍLIA. A balança comercial brasileira iniciou fevereiro com um superávit de US\$ 432 milhões, resultado de US\$ 3,531 bilhões em **exportações** e US\$ 3,099 bilhões em **importações**. As vendas externas aumentaram 0,3% em relação à primeira semana de fevereiro de 2010 e 21,8% sobre janeiro deste ano, se for levada em conta a média diária de US\$ 882,8 milhões. Já a média diária **importada**, de US\$ 774,8 milhões, cresceu 18,1% ante o mesmo período de 2010 e 10% ante o mês anterior. No ano, há um saldo comercial acumulado de US\$ 856 milhões.

Em comparação a fevereiro de 2010, os embarques de produtos básicos aumentaram 57%; de semimanufaturados, 15,5%; e manufaturados, 9,9%. Os maiores destaques foram o milho em grão, trigo em grão,

minério de ferro, petróleo bruto, café em grão, fumo em folha, carnes bovina, suína e de frango, catodos de cobre, óleo de soja em bruto, açúcar em bruto, tubos de ferro fundido, máquinas e aparelhos para terraplanagem, laminados planos, partes de motores para veículos e automóveis de passageiros.

No mesmo período de comparação, também se verificou um crescimento relevante de alguns itens **importados**. São exemplos cobre e similares (31,1%), automóveis e partes (28,2%), borrachas e similares (25%), plásticos e similares (24,6%), produtos químicos (21,3%) e aparelhos eletroeletrônicos (17%).

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>SECRETÁRIO AMERICANO PEDE AO <u>Brasil</u> APOIO CONTRA POLÍTICA CAMBIAL DA CHINA</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Geithner reconhece pressão externa no Brasil. Dólar sobe após 5 leilões do BC Martha Beck, Patrícia Duarte e Ronaldo D'Ercole**

. BRASÍLIA, SÃO PAULO e RIO. Os Estados Unidos querem que o Brasil seja mais crítico em relação à política cambial da China, que mantém sua moeda artificialmente desvalorizada para dar mais competitividade às exportações. O recado foi dado ontem pelo secretário do Tesouro americano, Timothy Geithner, ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao discutirem a reunião do G-20 (grupo das principais economias do mundo), semana que vem, em Paris, e a vinda do presidente Barack Obama ao Brasil em março. Geithner reconheceu ainda que o Brasil enfrenta pressão desproporcional dos fluxos de capital sobre o dólar.

Ontem, a moeda americana avançou 0,24%, a R\$ 1,68, após cinco leilões de compra do Banco Central (BC): três foram no mercado a termo e dois no à vista, somando cerca de US\$ 1 bilhão, segundo operadores. Foi o quarto pregão seguido de alta, o que não ocorria desde julho de 2010. Na Bolsa de Valores de São Paulo, investidores aproveitaram ações baratas de bancos, varejistas e incorporadoras, mais afetadas pelas recentes quedas. O Ibovespa, seu principal índice, avançou 0,14%, aos 65.362 pontos.

Argumento de que problema chinês é maior para o Brasil. Chineses e americanos têm sido os protagonistas da chamada guerra cambial. Mantega, porém, vem defendendo publicamente que os Estados Unidos suspendam medidas que enfraqueçam o dólar (como taxas de juros em torno de zero) a fim de convencer os chineses. Segundo técnicos do governo, no encontro com Mantega, Geithner pediu apoio na questão cambial, que será um dos principais temas do G-20. Ele fez questão de dizer que a política chinesa causa problemas tanto para os EUA como para o Brasil e assegurou que o governo

americano não precisará continuar adotando medidas que afetem o dólar porque a economia do país já começou a se recuperar. -Ele buscou convencer Mantega de que o problema chinês é maior para o Brasil que para os Estados Unidos -disse um técnico.

Já na Fundação Getulio Vargas (FGV) de São Paulo, em evento que teve o ex-presidente do BC Henrique Meirelles como mestre de cerimônia, Geithner falou sobre a pressão dos fluxos de capital sobre o câmbio e afirmou que é necessário apressar os ajustes, especialmente fiscais, para corrigir a situação. Ele citou o bom momento da economia brasileira e os juros altos como fatores que atraem investidores internacionais. Mas acrescentou, sem citar a China, que os sistemas cambiais adotados por alguns emergentes para preservar suas moedas também ajudam a valorizar o real: - Os legisladores no Brasil precisam encontrar formas, com os ajustes fiscais necessários, de reduzir a pressão (no câmbio) dos fluxos de capital, para que não se tornem um risco maior no futuro.

Outro ponto discutido por Geithner e Mantega foi a necessidade de uma posição coordenada em relação à proposta europeia de regular os preços internacionais das commodities.

Os dois países, ambos grandes exportadores, temem que isso leve a medidas protecionistas. Geithner também se encontrou com Dilma Rousseff e o presidente do BC, Alexandre Tombini. Segundo o porta-voz da Presidência, Rodrigo Baena, Dilma defendeu a parceria com os EUA nas discussões sobre commodities. O secretário disse ainda que o fato de China e Brasil adotarem medidas contra a inflação não traz riscos à recuperação da economia global.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Secretário americano pede mais críticas à política cambial da China</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Geithner reconhece pressão externa no Brasil. Dólar sobe após 5 leilões do BC**

**Martha Beck, Patrícia Duarte e Ronaldo D"Ercole**

BRASÍLIA, SÃO PAULO e RIO. Os Estados Unidos querem que o Brasil seja mais crítico em relação à política cambial da China, que mantém sua moeda artificialmente desvalorizada para dar mais competitividade às exportações. O recado foi dado ontem pelo secretário do Tesouro americano, Timothy Geithner, ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao discutirem a reunião do G-20 (grupo das principais economias do mundo), semana que vem, em Paris, e a vinda do presidente Barack Obama ao Brasil em março. Geithner reconheceu ainda que o Brasil enfrenta pressão desproporcional dos fluxos de capital sobre o dólar.

Ontem, a moeda americana avançou ontem 0,24%, a R\$1,68, após cinco leilões de compra do Banco Central (BC): três foram no mercado a termo e dois no à vista, somando cerca de US\$1 bilhão, segundo operadores. Foi o quarto pregão seguido de alta, o que não ocorria desde julho de 2010. Na Bolsa de Valores de São Paulo, investidores aproveitaram ações baratas de bancos, varejistas e incorporadoras, mais afetadas pelas recentes quedas. O Ibovespa, seu principal índice, avançou 0,14%, aos 65.362 pontos.

Argumento de que problema chinês é maior para o Brasil

Chineses e americanos têm sido os protagonistas da chamada guerra cambial. Mantega, porém, vem defendendo publicamente que os Estados Unidos suspendam medidas que enfraqueçam o dólar (como taxas de juros em torno de zero) a fim de convencer os chineses.

Segundo técnicos do governo, no encontro com Mantega, Geithner pediu apoio na questão cambial, que será um dos principais temas do G-20. Ele fez questão de dizer

que a política chinesa causa problemas tanto para os EUA como para o Brasil e assegurou que o governo americano não precisará continuar adotando medidas que afetem o dólar porque a economia do país já começou a se recuperar.

- Ele buscou convencer Mantega de que o problema chinês é maior para o Brasil que para os Estados Unidos - disse um técnico.

Já na Fundação Getulio Vargas (FGV) de São Paulo, em evento que teve o ex-presidente do BC Henrique Meirelles como mestre de cerimônia, Geithner falou sobre a pressão dos fluxos de capital sobre o câmbio e afirmou que é necessário apressar os ajustes, especialmente fiscais, para corrigir a situação. Ele citou o bom momento da economia brasileira e os juros altos como fatores que atraem investidores internacionais. Mas acrescentou, sem citar a China, que os sistemas cambiais adotados por alguns emergentes para preservar suas moedas também ajudam a valorizar o real:

- Os legisladores no Brasil precisam encontrar formas, juntamente com os ajustes fiscais necessários, de reduzir a pressão (no câmbio) dos fluxos de capital, para que não se tornem um risco maior no futuro.

Outro ponto discutido por Geithner e Mantega foi a necessidade de uma posição coordenada em relação à proposta europeia de regular os preços internacionais das commodities. Os dois países, ambos grandes exportadores, temem que isso leve a medidas protecionistas.

Geithner também se encontrou com Dilma Rousseff e o presidente do BC, Alexandre Tombini. Segundo o porta-voz da Presidência, Rodrigo Baena, Dilma defendeu a parceria com os EUA nas discussões sobre commodities. O secretário disse ainda que o fato de China e Brasil adotarem medidas contra a inflação não traz riscos à recuperação da economia global.

COLABOROU Bruno Villas Bôas

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo define 10 projetos essenciais de infraestrutura</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**A lista inclui o plano que estabelece a divisão dos royalties do petróleo na área do pré-sal**

#### **Evandro Éboli**

BRASÍLIA. Na primeira reunião do ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, com os assessores parlamentares, semana passada, no Palácio do Planalto, o governo definiu os dez projetos do setor de infraestrutura que priorizará no Congresso. A lista inclui a criação da Autoridade Pública Olímpica (APO), o financiamento do trem-bala, o marco das agências reguladoras e o projeto que estabelece a divisão dos royalties do petróleo do pré-sal, de interesse direto do Rio de Janeiro.

No fim de 2010, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou, no marco regulatório do pré-sal, a proposta aprovada pelo Congresso, que redistribuía toda a arrecadação entre as 27 unidades da federação, impondo perdas ao Rio. No lugar, com o aval da então presidente eleita Dilma Rousseff, comprometeu-se a enviar um texto que resgatava o acordo fechado um ano antes com os governos fluminense e capixaba, pelo qual ficaria garantida a remuneração especial dos estados produtores.

A relação do governo traz, ao todo, cinco medidas provisórias e cinco projetos de lei, quase todos de autoria do Executivo. Um deles, sobre a instalação da banda larga em escolas, foi apresentado pelo ex-senador e atual ministro da Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante (PT-SP). O documento da Secretaria de Relações Institucionais faz um relato do atual estágio de tramitação das propostas e inclui comentários sobre cada matéria.

Ao citar o projeto que cria o marco legal das agências reguladoras - que anexou proposta do governo à do ex-deputado da oposição Antônio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) -, o texto diz: "projeto é prioritário para o governo. Ainda não foi votado no plenário da Câmara por ser extremamente polêmico. Críticos da oposição acusam governo de tentar

acabar com modelo de agências autônomas", alerta o documento do governo Dilma.

O projeto que altera a Lei de Licitações - com critérios para obrigatoriedade e dispensa de pregão - também está no rol de relevância do Planalto. Luiz Sérgio informa que a proposta foi aprovada de forma célere na Câmara, mas que está paralisada no Senado. No texto, ele faz uma orientação: "o senador (do PP-RJ Francisco) Dornelles é o mais **importante** interlocutor no momento. Há possibilidade de acordo, mas se for alterada a matéria volta para a Câmara. O projeto é essencial para o governo".

#### **Telecomunicações e energia nuclear interessam governo**

Dois projetos considerados fundamentais tratam do Trem de Alta Velocidade. Uma proposta autoriza a União a garantir o financiamento que o **BNDES** prestará à concessionária que explorará o trem. A garantia pode chegar a R\$20 bilhões. Outro cria a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade, estatal que coordenará os trabalhos de formulação de projeto e transferência tecnológica.

Uma das medidas provisórias cuida de dois temas no mesmo texto e garante desoneração tributária de geração de energia nuclear e conexão em banda larga. A MP cria o Regime Especial de Incentivos para o **Desenvolvimento** de Usinas Nucleares e fortalece a infraestrutura de telecomunicações.

Outras prioridades são: a autorização para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) usar recursos federais para a transferência das estradas federais para os estados e o aumento de recursos para o "Minha casa, Minha vida".

	VEÍCULO PORTAL DA <b>AMAZÔNIA</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>TCU condena ex-prefeito de Parintins (AM)</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### TCU

**MANAUS** - O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou o ex-prefeito de Parintins (AM) Heraldo Farias Maia a devolver R\$ 441.733,13, valor atualizado, à **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**.

Segundo o órgão, o ex-prefeito não comprovou a regular aplicação dos recursos repassados ao município, para a construção de matadouro frigorífico. Relatório do TCU

apontou ainda irregularidades nas notas fiscais e execução parcial do objeto. Apenas 55% da obra estavam concluídos.

O responsável também foi multado em R\$ 5 mil. O valor deverá ser recolhido aos cofres do Tesouro Nacional. Cópia da decisão foi enviada à Procuradoria da República no Estado do **Amazonas**. O ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti foi o relator do processo.

Cabe recurso da decisão.



VEÍCULO PORTAL DA <b>AMAZÔNIA</b>	EDITORIA	
TÍTULO <b>PF investiga fraude tributária contra <u>Zona Franca de Manaus</u></b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**MANAUS** - A Polícia Federal no **Amazonas** cumpre, na manhã desta terça-feira (8), a mandado de busca e apreensão em empresa de venda de metais em **Manaus**. Segundo as investigações, a Marfel Indústria e **Comércio** Ltda., a Nortplast, estaria envolvida em uma fraude contra o sistema de tributação da **Zona Franca** de **Manaus**. Rombo causado pelo esquema ultrapassariam R\$ 4 milhões ao ano.

A ação faz parte da Operação Cobre. De acordo com a PF, além do mandado no **Amazonas**, outros dois também serão cumpridos nos estados de São Paulo e Rio Grande do Norte. Os alvos da ação são empresas transportadoras, a indústria de metal e uma outra de beneficiamento de metais.

A Nortplast, localizada na Avenida Dom Pedro I, bairro Alvoraza, zona Centro-Oeste de **Manaus**, faria parte do esquema de desvio de cobres comprados pela empresa e encaminhados para a empresa em Natal, no RN. A suposta fraude prejudica o sistema de tributação da **Zona Franca** de **Manaus**, que tem beneficiamento de impostos para a compra. As transações ultrapassariam a soma de R\$ 4 milhões ao ano. A PF acredita que os fraudadores falsificavam conhecimentos de cargas, enviando quantidades de cobre a menor para **Manaus**, e a diferença para a outra empresa do mesmo grupo em Natal/RN.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Gasto público vai ajudar menos o PIB</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Sergio Lamucci | De São Paulo

Os gastos não financeiros do **Governo Federal** e dos Estados e municípios devem mostrar desaceleração significativa neste ano, depois de terem aumentado, em seu conjunto, 8,5% acima da inflação em 2010. No primeiro ano de mandato da presidente Dilma Rousseff e dos governadores, o total dessas despesas vai avançar 3,7% em termos reais, segundo estimativas do economista-chefe da corretora Convenção, Fernando Montero.

Para ele, os gastos não financeiros do **Governo Federal** vão crescer neste ano 3%, descontada a inflação, num cenário em que a União se empenha para fazer uma economia mais expressiva para os juros da dívida (o superávit primário), sem recorrer a artifícios contábeis. É um ritmo três vezes mais lento que a alta de 9,4% em termos reais de 2010. No caso de Estados e municípios, Montero acredita em aumento de 5%, menos que os 7,4% do ano passado. Governadores que assumem o posto também tendem a fazer um pouco mais de caixa no primeiro ano de mandato.

Montero diz que a política fiscal em 2011 será contracionista do ponto de vista da atividade econômica, uma vez que o conjunto das despesas das três esferas de governo deve crescer a um ritmo inferior ao do **PIB**, que ele estima em 4,5%, enquanto a arrecadação deve ter crescimento real superior a esse. "Isso faz diferença, porque são gastos equivalentes a quase um terço da economia", afirma Montero. As despesas não financeiras da União em 2010 ficaram próximas a 19% do **PIB**, enquanto as de Estados e municípios são de aproximadamente 12% do **PIB**.

Com gastos que avançam menos que o **PIB**, a política fiscal ajuda a moderar o crescimento da demanda, num momento em que o Banco Central (BC) promove um ciclo de alta dos juros. A questão, segundo Montero, é que mesmo essa desaceleração de gastos das três esferas de governo não deve ser suficiente para o cumprimento da meta de superávit primário de 3% do **PIB**, com a qual o BC trabalha em seus cenários de inflação.

Montero acredita que o bloqueio de gastos deve ficar na casa de R\$ 40 bilhões, o que deve garantir um superávit de 2,5% do **PIB**. É razoavelmente acima do 1,75% do **PIB**

alcançado em 2010 - numa conta que exclui artifícios contábeis como o impacto da operação de capitalização da Petrobras sobre as receitas do governo -, mas não a ponto de elevar a 3% do **PIB** a economia para pagar juros. Para isso, o corte teria de ser de R\$ 60 bilhões, número que Montero não considera possível de ser atingido.

O economista Felipe Salto, da Tendências Consultoria Integrada, também acha que a política fiscal deve ser contracionista - ele espera crescimento real de 4,2% das despesas da União, um pouco abaixo dos 4,4% projetados para o **PIB**. "Estamos no momento certo, na hora certa, com os incentivos mais do que evidentes para que se faça ajuste fiscal", afirma ele.

No primeiro ano de governo, depois de uma forte expansão de gastos, é natural uma moderação das despesas. "A única dúvida é o tamanho do ajuste, e essa é uma dúvida crucial, pois fará toda a diferença do ponto de vista da consolidação de uma estratégia que permita restabelecer a credibilidade fiscal perdida." Salto aposta hoje num superávit primário de 2,6% do **PIB**, sem malabarismos contábeis.

Montero estima uma desaceleração menos intensa dos gastos de Estados e municípios do que da União por acreditar numa expansão mais forte das receitas dos governos regionais. Segundo ele, em 2010, houve frustração nas transferências a Estados e municípios por conta do desempenho mais fraco de tributos como o Imposto de Renda (IR), em parte devido à compensação de perdas ocorridas no ano anterior.

Para 2011, ele trabalha com uma recuperação dessas receitas, justamente as que a União têm que compartilhar com Estados e municípios. Desse modo, haverá um reforço de caixa um pouco mais forte dos governos regionais. Isso dá margem um pouco maior para os gastos, embora o fato de ser o primeiro ano de mandato dos governadores deva levar a alguma moderação fiscal.

Montero calcula a variação das despesas não financeiras dos Estados e municípios com base na arrecadação e no superávit primário dessas esferas de governo. Por diferença, estima a variação das despesas, informação não publicada pelo Banco Central.

O economista Cristiano Oliveira, do Banco J. Safra, tem previsões um pouco mais cautelosas para o comportamento dos gastos do **Governo Federal** do que Montero e Salto. Para ele, as despesas não financeiras da União vão crescer 7% acima da inflação, menos que em 2010, mas acima da expansão projetada para o **PIB**, de 4%. "Acho que a política fiscal será menos expansionista em 2011, mas não contracionista". De qualquer modo, diz ele, os gastos públicos vão impulsionar menos a demanda do que nos dois anos anteriores, quando as despesas não financeiras da União avançaram mais de 9% acima da inflação.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Hyundai amplia presença no Nordeste</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Murillo Camarotto | Do Recife

O crescimento econômico do Nordeste, acima da média nacional nos últimos anos, vem resultando em uma demanda local cada vez maior por máquinas pesadas, especialmente pela indústria da construção civil. Disposta a consolidar sua presença na região, a Hyundai passará a mandar suas escavadeiras, carregadeiras e empilhadeiras direto para o porto de Suape, no litoral sul de Pernambuco, de onde serão distribuídas por todo o Nordeste. O porto também entrou na disputa para receber uma fábrica de máquinas pesadas da empresa sul-coreana, investimento de US\$ 150 milhões que deve ser anunciado em breve.

O presidente da Hyundai Heavy Industries para as Américas, John Lim, desembarca hoje no Recife para o lançamento oficial, na quinta-feira, da operação no Nordeste, que funcionará por meio de uma parceria com o grupo pernambucano Veneza, o mais **importante** concessionário da marca sul-coreana na região. Em dezembro, a Hyundai decidiu quebrar o monopólio detido até então pela trading Comexport para a **importação** de máquinas pesadas para o Brasil. Com o contrato, a Veneza passa a ter exclusividade para o **mercado** nordestino.

"Observando o potencial do Nordeste, a Hyundai achou interessante ter um parceiro local", afirmou o diretor-executivo da Veneza, Marcos Hacker Melo. Fundado há 30 anos como varejista de autopeças, o grupo acumula hoje 32 concessionárias de automóveis, caminhões, ônibus, máquinas pesadas e agrícolas. Também comanda uma empresa de ônibus, além das lojas de autopeças. Todos os negócios, que empregam quase 2 mil pessoas, estão concentrados no

Nordeste, com maior presença em Pernambuco e Rio Grande do Norte. Com o novo contrato, o faturamento em 2011 deve crescer 30% em relação ao ano passado e se aproximar dos R\$ 400 milhões.

Firmada a parceria com a Hyundai, a Veneza já recebeu o primeiro lote de 80 máquinas, ao custo de R\$ 40 milhões. Outras cem unidades deverão chegar em abril. A expectativa da empresa pernambucana é vender entre 500 e 600 máquinas na região em 2011, o triplo do que foi comercializado no ano passado, quando tinha de buscar os equipamentos em Vitória (ES). O contrato também estimulou a empresa a abrir quatro novas concessionárias da Hyundai no Nordeste, sendo uma em Aracaju e as demais ainda sem localização definida. Atualmente, a Veneza tem lojas Hyundai em Recife, Fortaleza, João Pessoa e Petrolina (PE).

Entusiasmado com a nova missão, o executivo conta que a iniciativa da parceria partiu da Hyundai, que já analisava a possibilidade de fábrica no Brasil. Diante do bom desempenho das vendas no Nordeste, executivos da sul-coreana viajaram para a região, para ver de perto a transformação da economia. Decidiram, então, reforçar a presença local. "A Hyundai quer consolidar o crescimento e o desempenho das vendas no Nordeste", diz Melo, de 24 anos, filho único do fundador da Veneza.

Além da parceria local, as visitas ao Nordeste renderam a entrada de Pernambuco na disputa para abrigar a fábrica de máquinas da Hyundai. Segundo Melo, os executivos sul-coreanos ficaram muito bem impressionados com a infraestrutura de Suape, mas ainda não decidiram. Rio de Janeiro e Minas Gerais estão no páreo.

	VEÍCULO ÉPOCA-DF	EDITORIA	
	TÍTULO <b>DUAS FRENTES DE COMBATE PARA O GOVERNO DILMA</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## PAULO GUEDES

é economista e escreve quinzenalmente em ÉPOCA

pguedes@edglobo.com.br

A presidenta Dilma Rousseff estaria prestes a anunciar duas iniciativas extraordinariamente **importantes** para melhorar o desempenho da economia brasileira em meio à guerra mundial por empregos. A primeira seria controlar com mais firmeza os gastos públicos, para aliviar o recurso exclusivo ao aumento dos juros no combate à inflação. A segunda seria reduzir substancialmente os encargos sociais e trabalhistas que encarecem e impedem a criação de milhões de novos empregos.

O maior controle dos gastos públicos e a desoneração da folha de pagamentos das empresas marcariam um rom**PIM**ento auspicioso e inovador com as equivocadas práticas adotadas tanto pelo regime militar quanto pelos partidos social-democratas que nos governam desde a redemocratização.

Ano após ano, com particular intensidade em 2010, as despesas do governo têm crescido demais. Neste começo de 2011, o Banco Central teve de iniciar um novo ciclo de elevação das taxas de juro, tentando evitar que disparem as expectativas de inflação. Quem vai pagar, outra vez, é o setor privado, desacelerando o ritmo de crescimento do consumo e dos investimentos. E a taxa de câmbio continua afundando, desestimulando **exportações** e também a **produção** nacional de bens e serviços exposta à competição das **importações**.

Tem sido sempre assim: basta começar a melhorar e já temos de frear. Somos prisioneiros dessa mecânica perversa. O descontrole de gastos públicos sistematicamente promovido pela social-democracia criou uma verdadeira armadilha de baixo crescimento. A falta de bons fundamentos no regime fiscal abala a

credibilidade do governo, colocando sobre o Banco Central toda a responsabilidade pelo combate à inflação.

E as lâminas afiadas dos juros altos e do **dólar** barato acabam decependo a **produção** e o emprego para garantir o cumprimento das metas de inflação.

O Nobel em Economia Robert Mundell, considerado o pai do euro, demonstrou a baixíssima capacidade de estimular a demanda e criar empregos por meio do expansionismo fiscal e também a elevadíssima capacidade de derrubar a demanda e destruir empregos por meio da contenção monetária em um ambiente de mobilidade internacional de capitais e taxas de câmbio flexíveis. Ou seja, pisar no acelerador fiscal cria poucos empregos, enquanto pisar no freio monetário destrói muitos empregos. É o que temos feito há décadas. Daí a importância do anúncio de Dilma, de que o controle de gastos públicos se tornaria uma prioridade em 2011.

Aumentar o gasto público cria poucos empregos. É melhor reduzir os encargos - se o Congresso colaborar A segunda iniciativa, quando estamos sob o impacto da invasão chinesa, diz respeito aos excessivos encargos sociais e trabalhistas sobre a folha de pagamentos das empresas. São armas de destruição em massa apontadas contra os trabalhadores brasileiros. Enquanto tributamos em excesso a criação de vagas de trabalho, a ausência de encargos trabalhistas e a manipulação cambial praticada pelos chineses agravam o fenômeno da desindustrialização no Brasil. Praticamos o assistencialismo, enquanto os chineses estimulam artificialmente uma integração competitiva aos **mercados** globais. E a desindustrialização deixa de ser uma ameaça temporária quando as próprias empresas brasileiras decidem instalar suas fábricas na China e passam a **exportar** para o Brasil.

Não estamos apenas perdendo empregos no presente, mas também deslocando para a China a criação de empregos futuros. Os obstáculos às intenções de Dilma Rousseff estão em seu próprio entorno. O **Ministério** do Trabalho é radicalmente contra qualquer iniciativa de tornar mais flexível a Consolidação das Leis do Trabalho. A CLT se transformou numa obsoleta herança institucional e, ao mesmo tempo, uma poderosa aliada dos chineses em sua tarefa de transferir empregos do **Brasil** para a China. Da mesma forma, outro **importante** obstáculo é o desinteresse do Congresso pelas reformas da legislação trabalhista e do sistema previdenciário, que permitiriam a redução substancial dos encargos sociais, assim como pela contenção de despesas pelo governo. Boa sorte, presidenta.